

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM ABU DHABI,
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
EMBAIXADOR PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) formaram-se há apenas 45 anos, em 1971, da união de sete pequenos estados tribais, situados no sudeste da península arábica, até então sob protetorado britânico. A união, liderada pelo Xequ Zayed bin Sultan Al Nahyan, então soberano do Emirado de Abu Dhabi, foi impulsionada pela necessidade de se proteger da cobiça de outros países vizinhos e poderosas companhias estrangeiras, que visavam obter o controle das ricas reservas de hidrocarbonetos descobertas na década de mil novecentos e sessenta, sobretudo em Abu Dhabi. A esclarecida liderança do Xequ Zayed, conhecido aqui como o pai da nação, propiciou um uso inteligente das gordas receitas auferidas com a exploração do petróleo e do gás natural, gerando extraordinário crescimento econômico que levou o país a se posicionar como segunda maior economia da região em poucas décadas.

2. Internamente, os soberanos dos sete emirados (chamados de "rulers" ou governadores) negociaram um arcabouço jurídico singular no formato de uma Federação baseada nas Monarquias de cada um dos pequenos estados que compõem o país. Na prática, Abu Dhabi e Dubai dividem o controle da Federação, com o soberano de Abu Dhabi ocupando sempre o cargo de Presidente e o soberano de Dubai os cargos de Vice-Presidente e Primeiro-Ministro, e concedem, em troca, aos outros cinco menores estados, participação no rateio da renda obtida com a exploração de hidrocarbonetos. Em cada emirado, por sua vez, a legislação imposta pelos governantes garante a manutenção do poder econômico e político nas mãos das famílias reais locais. Aos nacionais emiráticos, que somam cerca de 15% da população total do país, em contrapartida, são concedidos amplos benefícios sociais e possibilidades de participar de uma sociedade afluyente, à qual somente esses cidadãos têm acesso. Os emirados contam, ainda, com ampla independência legislativa sob o sistema federativo. Com efeito, cada emirado tem sua própria corte suprema e não existe tribunal federal com ascendência sobre as decisões dos judiciários locais, salvo em casos de terrorismo.

POLÍTICA INTERNA

3. A organização política do país, com o poder altamente concentrado nas mãos das famílias reais dos sete emirados, e particularmente nas famílias Nahyan e Maktoum, de Abu Dhabi e Dubai respectivamente, garante um cenário de política interna com aparência exterior de absoluta estabilidade. Assim, nos últimos dois anos e meio, é possível mencionar a realização de eleições diretas em 2015 para o preenchimento de metade das vagas no Conselho Federal Nacional (CFN), órgão com competência limitada a sugerir políticas públicas ao Governo dos xeques. A outra metade das vagas do CFN é preenchida por indicados das famílias reais ou colégios eleitorais de cada emirado. Não existem partidos políticos e todos os candidatos concorrem como independentes.
4. O corrente arranjo administrativo do país, com o Príncipe-herdeiro de Abu Dhabi efetivamente no exercício da presidência do país, em razão da ausência do Presidente dos EAU, seu irmão, Xequê Khalifa bin Zayed Al Nahyan, de todas as atividades públicas há mais de três anos, permite extrapolar que não haverá trauma na sucessão do poder quando da eventual morte do titular do trono de Abu Dhabi. Da mesma forma, não existem conflitos aparentes entre as famílias dos diversos emirados. É possível afirmar, portanto, que enquanto houver prosperidade econômica, a ordem política deverá ser mantida conforme se encontra.

POLÍTICA EXTERNA

5. Desde sua formação, os EAU agiram externamente com a única preocupação de manter o *status quo* regional e a conjuntura política, econômica, financeira e comercial internacional que lhes permitia crescer e desenvolver-se rapidamente. O modelo adotado pela jovem federação funcionava com perfeição para os que dele podiam se beneficiar e, portanto, qualquer mudança era vista com desconfiança. Assim, durante mais de três décadas, os EAU executaram uma política exterior de "low profile", pautando sua atuação primordialmente pelas posições adotadas pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e, subsidiariamente, pela Liga Árabe. Abriam mão, portanto, de ter uma atuação externa compatível com sua realidade econômico-financeira e comercial.
6. A Primavera Árabe, entretanto, marcou o início de um período de maior assertividade externa dos EAU no campo internacional, particularmente no Oriente Médio. Preocupados

com o crescimento da influência de movimentos islamistas radicais, que veem as monarquias sunitas do Golfo como inimigas, os EAU passaram a atuar na região para fortalecer aliados e enfraquecer os chamados movimentos islâmicos de libertação. Essa estratégia se mostrou particularmente eficaz no Egito, onde os EAU apoiaram grupos contrários à Irmandade Muçulmana, culminando em golpe de Estado e na ascensão do General Sissi ao poder. Os EAU estabeleceram, então, programa de ajuda ao Egito que soma mais de cinco bilhões de dólares. Este êxito encorajou as lideranças emiráticas a se envolverem ativamente em outros países problemáticos da região, notadamente Líbia, Síria, Iraque e Iêmen.

7. No Iraque e na Síria, os EAU estiveram envolvidos desde o início na coalizão liderada pelos Estados Unidos, que baseia parte de suas operações em território emirático. Mas o exemplo mais emblemático é o do Iêmen, onde os EAU participam de incursão terrestre liderada pela Arábia Saudita para conter a rebelião dos Al Houthis - supostamente apoiados por Teerã e por forças leais ao ex-Presidente Ali Abdullah Saleh contra o Governo do Presidente Abdrabbuh Mansur Hadi. Os Houthis tomaram a capital Sana'a em janeiro de 2015, forçando a renúncia de Hadi. Em fevereiro, o Presidente deposto fugiu para a cidade portuária de Aden de onde denunciou o golpe Houthi e declarou-se o Presidente constitucional do Iêmen. Os Houthis, então, cercaram Aden, provocando a fuga de Hadi do país. A Arábia Saudita decidiu, por fim, intervir militarmente em favor de Hadi e os EAU juntaram-se ao esforço de guerra naquele país.
8. O envolvimento emirático no conflito do Iêmen é melhor compreendido no contexto da disputa regional entre as monarquias sunitas do Golfo e o regime xiita dos aiato-lás em Teerã. Os Houthis, bem como o ex-Presidente Saleh do Iêmen são xiitas e, portanto, alegadamente alinhados ao Irã, enquanto Hadi é sunita e muito próximo a Riade. Os EAU, majoritariamente sunita, veem o Irã como a maior ameaça à estabilidade da região e atuam sempre com o objetivo de conter a expansão da influência de Teerã sobre outros países do Oriente Médio.
9. Em abril de 2015, a coalizão liderada pela Arábia Saudita iniciou a Operação Esperança Restaurada, com o envolvimento de tropas terrestres. Os EAU enviaram significativa contingente de seu exército ao Iêmen. Inevitavelmente, baixas começaram a ocorrer nas fileiras emiráticas, causando grande comoção no país, especialmente depois que um ataque Houthi a um depósito

de munições matou de uma só vez 52 militares emiráticos, em setembro de 2015. Tratados como mártires, os soldados emiráticos caídos ganharam um feriado nacional em 30 de novembro (dois dias antes da data nacional dos EAU) e suas famílias passaram a gozar de status especial no país, recebendo visitas dos xeques e benefícios adicionais para seu bem-estar. A coalizão conseguiu tomar a cidade portuária de Aden e restabelecer o Governo de Hadi com controle sobre boa parte do território iemenita, mas os Houthis permaneceram na capital Sana'a. O confronto se estende até o presente - ainda com a presença de forças terrestres emiráticas - mas a situação está basicamente estagnada.

RELAÇÕES BILATERAIS

10. Desde que aqui cheguei, em julho de 2014, houve pouco progresso nas relações políticas bilaterais dos EAU com o Brasil, não obstante meus melhores esforços. Por outro lado, pude observar que as relações entre os setores privados dos dois países se incrementam a cada dia. De minha parte, procurei dar atenção, portanto, às atividades de cooperação econômica, promoção comercial e de investimentos, bem como em melhorar o atendimento consular à crescente comunidade brasileira nos EAU.
11. As dificuldades em avançar as relações entre os dois países decorrem da insistência emirática em assinar dois acordos: um para evitar a dupla tributação (ADT) e outro para proteção de investimentos. Sem a assinatura desses dois acordos, o lado emirático efetivamente se recusa a negociar quaisquer outros instrumentos de cooperação bilateral. O Brasil não poderia, legalmente, negociar ADT com os EAU uma vez que o país encontra-se listado como jurisdição de tributação favorecida junto às autoridades financeiras do Brasil. Quanto ao acordo de proteção de investimentos, o Congresso Nacional não tem ratificado instrumentos desta natureza por considerar que há cessão excessiva de direitos soberanos do Brasil. Esses problemas foram exaustivamente explicados por diversas vezes ao lado emirático, em todos os níveis, mas não há progresso.
12. Soluções alternativas, portanto, foram buscadas. Foi oferecida a negociação de acordo de facilitação de investimentos. Ao lado emirático, foi esclarecido que essa modalidade de acordo visava a permitir a criação de mecanismos de solução de controvérsias satisfatórias para atrair investimentos estrangeiros sem as cessões de direitos soberanos. As negociações estão sendo conduzidas diretamente

entre os ministérios da Fazenda dos dois países, mas já se sabe que a primeira exigência emirática teria sido a negociação simultânea de ADT. Com a chegada a Brasília da nova Embaixadora dos EAU, Hafsa Abdullah Mohammed Sharif Al Ulama, em janeiro do corrente, parece haver novo fôlego para o avanço também do tema do ADT - especialmente no contexto da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Xequê Abdullah bin Zayed Al Nahyan, marcada para meados de março. Em reunião com setor competente do ministério das Relações Exteriores, a nova embaixadora, poucos dias após apresentar suas credenciais, propôs a assinatura do chamado "modelo russo" de ADT, pelo qual seriam protegidos da bitributação os negócios dos fundos soberanos, o que já é contemplado pela legislação brasileira, possibilitando, assim, a negociação de instrumento para satisfazer a fixação emirática com o tema.

13. No que toca ao acordo para isenção de vistos, o lado emirático também demonstrou ter avançado seu entendimento a partir do que o Diretor Departamento Jurídico do MOFA explicou ser uma mudança recente de orientação da política externa do país, que pretende obter isenção "global" de vistos para cidadãos emiráticos. Assim, no final de janeiro de 2017, o lado emirático apresentou proposta emendada de memorando de entendimento para isenção de vistos em todos os tipos de passaporte, com a intenção de assinar o instrumento durante visita de seu chanceler a Brasília em março de 2017. Como a legislação brasileira exige que acordos de isenção de vistos de turismo e negócios em passaporte comum sejam apreciados pelo Congresso Nacional, foi feita contraproposta ao lado emirático, separando o acordo em dois instrumentos, um para passaportes diplomáticos e passaportes oficiais, que já estaria pronto para assinatura desde 2015 e um outro para PACOM em separado.

14. Cabe ressaltar, ainda, que durante meus dois anos e meio nos EAU, não foi realizada nenhuma reunião dos mecanismos bilaterais, a saber, comissão mista de cooperação econômica, comercial, industrial, tecnológica e financeira; e consultas políticas.

ECONOMIA

15. No campo econômico, cabe destacar os efeitos negativos que a baixa do preço internacional do petróleo teve sobre os EAU. O país investiu de forma consistente os recursos angariados ao longo dos anos de alta do preço do petróleo. Ainda assim, sua economia continua sendo fortemente dependente da

exportação de hidrocarbonetos. Oficialmente, 30% do PIB é gerado diretamente do petróleo e derivados, mas diversas atividades econômicas do país se beneficiam indiretamente das gordas receitas petrolíferas. Assim, a acentuada desvalorização da commodity em 2016 provocou mudanças na condução da economia emirática, especialmente com o corte de gastos. Ainda no segundo semestre de 2015, por exemplo, o governo dos EAU cortou parte dos subsídios energéticos vigentes no país, notadamente sobre o preço dos combustíveis, que pôde flutuar livremente. Quando os preços internacionais do petróleo continuaram a cair, o Governo emirático cortou o que ainda restava dos subsídios, em janeiro de 2016, efetivamente permitindo ao mercado a regulação dos preços praticados. Preocupado em aumentar suas receitas, o Governo emirático decidiu, ainda, adiantar-se à implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) acordado no âmbito do CCG. Assim, ao invés de aguardar o prazo de 2019 para iniciar a cobrança do imposto, os EAU implementarão IVA de 5% no país a partir de 1º de janeiro de 2018. Não se descarta, ainda, a aplicação de Imposto Corporativo e Imposto de Renda sobre Pessoa Física no futuro próximo caso as contas não se reequilibrem a contento.

16. O PIB dos EAU, em 2015, cresceu 3,8% (crescimento real) segundo a consultoria Euromonitor. Em termos absolutos, o PIB foi de USD 370,3 bilhões, também em 2015. A inflação, no mesmo período, foi de 4,1% enquanto a relação dívida/PIB, em 2014, foi de 15,7%. O país adota regime cambial fixo. Oficialmente, 1 dólar americano equivale a 3,6725 Dirhans emiráticos desde novembro de 1997. Não se tem notícia de mercado paralelo da moeda norteamericana.

COMÉRCIO E PROMOÇÃO COMERCIAL

17. China e Índia se revezam no topo da lista de principais parceiros comerciais dos EAU. Em 2015, os EAU comercializaram USD 51,9 bilhões de dólares com a Índia e USD 51,02 bilhões de dólares com a China. Japão e Irã são os próximos países da lista, com USD 30,9 bilhões e USD 31,6 bilhões respectivamente (2015). Com os Estados Unidos, o comércio bilateral dos EAU atinge USD 25,3 bilhões, com ampla vantagem aos EUA que importam somente USD 2,24 bilhões dos EAU (valores CIF, Thomson Reuters). Segundo o MDIC, o comércio bilateral com o Brasil atingiu, no mesmo período, apenas USD 3,2 bilhões, com vantagem para o Brasil da ordem de USD 2,3 bilhões na balança comercial (FOB). Em 2016, o comércio bilateral com o Brasil caiu para aproximados USD 2,6 bilhões,

dos quais cerca de USD 2,235 bilhões corresponderam a exportações brasileiras. Embora as exportações brasileiras tenham caído no período, a maior parte da queda no comércio bilateral ocorreu do lado emirático.

18. O principal item da pauta exportadora dos EAU é, conforme esperado, petróleo e seus derivados, que atingiu USD 83 bilhões em 2015, o que representou uma queda de 30% em relação ao valor exportado desses mesmos produtos em 2014, já em consequência da queda acentuada do valor internacional da commodity. O principal item da pauta de importação, por sua vez, são pérolas e pedras preciosas (USD 34,9 bilhões) que atendem a expressiva indústria joalheira do país. Por isso mesmo, o próximo item da pauta exportadora emirática são jóias (USD 26,3 bilhões), seguido de plásticos (USD 5,8 bilhões) e alumínio (USD 5,7 bilhões). Os próximos produtos da pauta de importação emirática são máquinas mecânicas e equipamentos (USD 26,9 bilhões), seguido de máquinas elétricas e equipamentos (USD 25,9 bilhões) e aeronaves (USD 19,6 bilhões). (Fonte: TradeMap)

19. A pauta de exportação brasileira para os EAU é concentrada. Três produtos (posições - SH 4 dígitos) respondem por quase 60% das exportações brasileiras. Os principais produtos de exportação são: Açúcar (NCM 1701, USD 595 milhões), Carnes e miudezas comestíveis de aves galináceas (NCM 0207, USD 480 milhões) e Óxido/hidróxido de alumínio (NCM 2818, USD 254 milhões). Os EAU exportaram ao Brasil principalmente óleos derivados de petróleo - NCM 2710 (USD 232 milhões). Outros produtos expressivos da pauta de exportação emirática ao Brasil incluem fertilizantes - NCM 3102 (USD 49 milhões). Os dados correspondem ao ano de 2016. (Fonte: MDIC)

20. Durante o período em que chefieei o Posto, as exportações brasileiras para os EAU pela primeira vez excederam 3 bilhões de dólares para um período de 12 meses, em março de 2015. Entre aquele mês e julho de 2016, entretanto, houve acentuada queda - da ordem de 30% - nas exportações. Desde julho de 2016 as exportações retomaram a trajetória de alta, sempre considerando períodos sucessivos de 12 meses. Cabe assinalar que não há barreiras ao acesso de produtos brasileiros ao mercado emirático.

21. Nos últimos anos, os EAU - principalmente a cidade de Dubai - se tornaram um importante centro de realização de feiras dos mais diversos setores. As principais feiras que contam com pavilhões brasileiros são: ArabHealth (saúde), IDEX

(defesa, apenas nos anos ímpares), Gulfood (alimentos), Beauty World (cosméticos), Automechanika (autopeças), Big 5 (materiais de construção), Yummex (balas, confeitos, bolos, etc). Em 2017, pela primeira vez, haverá pavilhão brasileiro na SIAL Middle East (alimentos). Os pavilhões brasileiros costumam ser organizados pelos projetos setoriais da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (APEX).

22. No período em que estive à frente do Posto, tive oportunidade de estar presente na quase totalidade das feiras que contaram com pavilhões brasileiros.

23. Recebi e apoiei diversas missões governamentais, a maioria com viés de promoção comercial e atração de investimentos. Destaco as visitas de três Ministros da Agricultura e do Governador de Mato Grosso. Esperam-se para fevereiro de 2017 visitas do Governador de Goiás, do Prefeito de São Paulo e de delegação do Ministério da Defesa. Entre as várias missões empresariais que receberam apoio do SECOM cito as organizadas pelo SEBRAE (Ceará, Mato Grosso e Goiás, entre outros), e aquelas de projetos setoriais da APEX com associações como Abicaçaldos, Abemel, Abrafrutas.

24. O Setor Comercial da Embaixada tem também mantido contato com fundos de investimento, especialmente a Abu Dhabi Investment Authority (ADIA, principal fundo soberano de Abu Dhabi) e a Mubadala Development Company, com vistas a dar o apoio necessário a operações no Brasil. Há grande potencial para atração de investimentos, embora nos últimos dois anos as condições da economia brasileira tenham feito com que potenciais investidores optassem por esperar. Os dois fundos mantêm investimentos no Brasil e aumentaram suas posições nos últimos anos. Não há dados sobre o capital investido pela ADIA no mercado brasileiro. É possível, contudo, afirmar que há interesse renovado da ADIA pelo mercado brasileiro, o que fica evidenciado pela missão que o fundo soberano realizará em março próximo a São Paulo, onde deverá realizar encontros com autoridades e representantes do setor privado brasileiro.

25. Por sua vez, a Mubadala concluiu, em 2016 - sem prejuízo - a reestruturação dos investimentos de USD 2 bilhões inicialmente realizados no grupo EBX. Segundo estimativas de mercado, aqueles investimentos teriam na verdade se apreciado, e teriam valor atualizado de USD 2.3 bilhões. A Mubadala hoje tem participação expressiva no Porto de Açu no Rio de Janeiro e em outras empresas anteriormente pertencentes àquele grupo.

ENERGIA

26. Os Emirados Árabes Unidos possuem reservas de petróleo verificadas da ordem de 97,8 bilhões de barris, segundo dados oficiais do Governo dos EAU, ocupando a 7ª posição entre os países com maiores reservas comprovadas. O país é membro da OPEP desde 1977. Apesar de sua confortável posição como país produtor e exportador de petróleo e derivados, os EAU têm-se preparado para a transição para matrizes energéticas limpas, por meio de investimentos consistentes em energias renováveis, notadamente solar fotovoltaica, nuclear (três usinas deverão entrar em operação nos próximos anos), eficiência energética e pesquisa, desenvolvimento e inovação. Segundo o planejamento estratégico do Ministério de Energia dos EAU, até 2050 o país deverá produzir 50% de sua energia de fontes limpas, especialmente energia solar e, em menor grau, nuclear. A outra metade do "mix" energético do país deverá ser oriundo de fontes fósseis tradicionais, majoritariamente de gás natural - do qual o país possui reservas abundantes - e também carvão "limpo", com o uso de tecnologias de captura e estocagem de carbono.
27. A empresa estatal Masdar, do emirado de Abu Dhabi, possui centro de pesquisa de ponta, construído e operado em colaboração com o Massachusetts Institute of Technology (MIT) localizado em Masdar City, uma vila modelo na periferia de Abu Dhabi totalmente operada com energia renovável e utilizando-se de métodos modernos de eficiência de edifícios. O centro de pesquisa ofereceu, em 2015, 10 bolsas integrais de pós-graduação para alunos brasileiros e realizou, inclusive, missão ao Brasil para conhecer centros acadêmicos com trabalho de pesquisa em áreas afins, como o IME e a UNICAMP. Apenas 5 das vagas oferecidas foram preenchidas até agora, mas esse é um programa que poderá ser explorado no futuro para aproximação dois países na área de ciência, tecnologia e inovação.
28. Masdar City abriga, ainda, a sede da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), organização internacional do sistema das Nações Unidas formada há apenas 7 anos e que já conta com 170 países membros. O Brasil, não obstante seu status de segundo maior utilizador de energias renováveis no mundo, ainda não é membro da Agência, perdendo a oportunidade de influenciar o avanço das discussões internacionais em tema no qual deveríamos liderar o caminho. Durante a última Assembleia Geral da entidade, delegação do Ministério de

Minas e Energia, chefiada pelo Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, esteve em Abu Dhabi e, informalmente, deu a entender que haveria disposição em se considerar a adesão do Brasil à IRENA, o que venho recomendando fortemente durante toda minha gestão no Posto.

COMUNIDADE BRASILEIRA

29. A comunidade brasileira nos Emirados Árabes Unidos é estimada em cerca de 9 mil cidadãos. Segundo o Governos dos EAU, que possui dados confiáveis sobre imigração, são 6 mil cidadãos brasileiros com visto de permanência no País. Ocorre que há, ainda, numerosa comunidade de cidadãos brasileiros residindo no País com visto em passaporte de outra nacionalidade, particularmente libaneses-brasileiros.

30. Quando de minha assunção, havia dois Conselhos de Cidadãos existentes no país, em Abu Dhabi e Dubai. O Conselho de Dubai era mais ativo e eficiente, até porque a comunidade brasileira naquele emirado é mais numerosa e bem organizada. O Conselho de Abu Dhabi, por sua vez, parecia completamente inativo há mais de dois anos, o que gerava déficit de representação junto à comunidade residente neste emirado. Assim, propus a fusão dos dois conselhos em apenas um, com cobertura nacional, o que foi bem aceito pela comunidade brasileira.

31. A primeira grande onda de imigração brasileira para os EAU, nos anos noventa, consistiu em pilotos, comissários, engenheiros de voo e outros profissionais ligados à área da aviação após a falência da VARIG. Esses profissionais se assentaram principalmente em Dubai, conseguindo emprego junto à companhia aérea Emirates, naquela época em plena expansão de suas atividades. Essa comunidade antiga e bem estabelecida usa os serviços do Setor Consular apenas para procedimentos rotineiros, como emissão de passaportes, procurações e legalizações. Calcula-se que cerca de mil profissionais brasileiros da área de aviação estejam, hoje, baseados nos EAU. A esses, somam-se pequenos números de outros brasileiros, entre empresários, professores, veterinários de equinos, entre outros.

32. Mais recentemente, durante a primeira década deste século, uma segunda grande onda imigratória teve início com a compulsoriedade do ensino do Jiu-Jitsu brasileiro em escolas públicas de Abu Dhabi (para meninos e meninas), bem como nas Forças Armadas no país, atraindo uma grande quantidade de

treinadores brasileiros em busca de salários acima dos praticados mercado nacional. Hoje, cerca de 600 treinadores brasileiros, muitos acompanhados de suas famílias, residem nos EAU, principalmente em Abu Dhabi.

33. Muitos problemas consulares decorrem do fato de cidadãos brasileiros residentes há pouco tempo nos EAU, além de turistas, terem pouco conhecimento da legislação do país, que é, em vários aspectos, muito diversa da brasileira. Existem casos de prisão de brasileiros por crimes como sexo entre pessoas não casadas, ainda que consensual, consumo de álcool sem licença e não pagamento de dívidas. É crescente, ainda, o número de brasileiros presos tentando entrar no país com pequenas quantidades de maconha, o que aqui é tratado como crime de tráfico internacional de entorpecentes e apenado com toda a severidade da Lei, pouco importando as quantidades transportadas da droga.
34. Não há defensoria pública ou defensor dativo nos EAU, a não ser em casos que podem acarretar pena de morte, o que cria problemas para a comunidade, uma vez que os honorários dos advogados locais são muito caros, além da capacidade econômica de grande parte de nossos cidadãos aqui expatriados. Há muita demanda, portanto, por assistência jurídica da Embaixada, muito embora não haja recursos ou previsão legal para tanto. A Embaixada é, ademais, acionada com frequência por brasileiros em busca de intermediação trabalhista, uma vez que a legislação local não provê o trabalhador das mesmas proteções existentes no ordenamento brasileiro, como limitação da jornada de trabalho ou descanso semanal remunerado.
35. Também é digno de nota que a legislação local não permite a coabitação de homens e mulheres não pertencentes à mesma família e os senhorios podem exigir a apresentação de certidão de casamento no ato da assinatura do contrato de aluguel. Assim a Embaixada realiza um número elevado de casamentos de pessoas que se mudam para o país em regime de união estável para só então descobrir que não poderão morar no mesmo endereço. Em 2016, foram realizados nesta Embaixada 26 matrimônios.
36. Cabe registrar, ainda, que a homossexualidade é considerada crime nos EAU, passível de pena de morte, muito embora a pena capital, na prática, não seja aplicada nesses casos. Já houve ocorrências de homens gays, travestis e transexuais brasileiros presos por crime contra os costumes, condenados a

penas que podem somar até 4 anos e deportados dos EAU, sempre com apoio consular desta Embaixada. Desnecessário dizer que uniões homoafetivas não gozam de nenhum reconhecimento jurídico e mesmo cônjuges do mesmo sexo de membros do corpo diplomático não recebem vistos para acompanhar seus cônjuges, precisando ser registrados no país como serviçais.

37. Ainda no contexto do relacionamento com a comunidade brasileira, foram identificadas demandas por orientação e apoio para as famílias que chegam e se deparam com cultura, ambiente e regras de convívio muito diversas das observadas no Brasil. Nesse sentido, a Embaixada organizou algumas palestras ministradas voluntariamente por especialistas em temas como legislação trabalhista local, regras tributárias para brasileiros que vivem no exterior e educação de filhos bilíngues. As palestras, abertas à comunidade, atraíram público bastante expressivo e, em alguns casos, excederam o limite de espaço disponível na área de espera do Setor Consular do Posto.

38. Outra iniciativa bastante bem-sucedida foi a facilitação de um grupo de estímulo à fluência em português dos filhos de brasileiros da comunidade (chamado "Brasileirinhos nos Emirados"). Inspirado em um modelo exitoso que é conduzido voluntariamente por uma brasileira na cidade de Dubai há sete anos, o grupo formado em Abu Dhabi realizou cerca de 15 encontros, ao longo de 2016, nas dependências da Embaixada. Nessas reuniões conduzidas por mães voluntárias e supervisionadas por funcionário diplomático, temas culturais como culinária, música, esportes e dança foram trabalhados com as crianças de forma lúdica, atraindo inclusive público de pequenos brasileiros que, embora nascidos no País, descendem de pais estrangeiros e não tem, de outro modo, qualquer contato com o idioma pátrio. O apoio ao trabalho com português como língua de herança em Dubai, onde já se encontrava mais estabelecido, vem gerando frutos importantes: a Sra Magaly Quadros, responsável pelo projeto, recebeu o Prêmio Itamaraty Cultural por sua atuação junto à comunidade brasileira de Dubai. Desde o final do ano passado, com o apoio de empresa privada holandesa, a Sra. Quadros foi autorizada pelo Governo de Dubai a ministrar aulas de português em escolas privadas para alunos brasileiros.

PASSAGEIROS EM TRÂNSITO

39. Os EAU, por meio de suas companhias aéreas Emirates (de Dubai) e Etihad (de Abu Dhabi), e aproveitando-se de sua

posição geográfica, vem-se posicionando como importante "hub" aéreo internacional. Existem, hoje, três vôos diários diretos entre os Emirados e o Brasil, muito embora a Etihad tenha programado o fim de sua rota para Guarulhos para o final de março próximo. Apesar de não existirem estatísticas oficiais, é perceptível o aumento de passageiros brasileiros que usam as companhias de bandeira do país não apenas para visitar os Emirados, mas principalmente em suas viagens para o norte da África e Ásia.

40. Esse fluxo de passageiros causa grande demanda de serviços de assistência consular, devido aos problemas enfrentados, particularmente, pelos passageiros que fazem apenas escala no país. São eles:

- passageiros brasileiros que têm problemas de saúde durante os voos também enfrentam problemas em razão do visto e do alto custo hospitalar no país. A empresa aérea normalmente obtém visto de emergência para o paciente ser levado ao hospital, mas não para eventuais acompanhantes. Nesses casos, o passageiro fica, ainda, impedido de seguir viagem ou retornar ao Brasil até que os médicos locais dêem atestado de saúde para voos de longa duração, o que acarreta custos de estada e alimentação, além das despesas médicas, caso não cobertas por seguro de viagem;
- durante minha gestão, três cidadãos brasileiros faleceram em voos com escala prevista nos Emirados. Os trâmites burocráticos para liberação do corpo sem membro da família no país também apresenta desafios;
- os EAU não aceitam passaporte de emergência brasileiro, o que também cria vários problemas para passageiros em trânsito que pretendem apenas pernoitar no país.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

41. Durante minha gestão como Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, encontrei dificuldades em fazer avançar uma agenda bilateral positiva, em razão da resistência emirática em discutir qualquer iniciativa antes de assinar ADT e acordo de proteção de investimentos - prioridades absolutas de sua política externa. Os desdobramentos lentos nas relações políticas não implicaram em problemas para o setor privado e, assim, as relações empresariais continuaram se adensando, com investimentos importantes de lado a lado. Concentrei meus esforços, portanto, em prestar apoio a empresários

brasileiros e outras atividades de promoção comercial e de investimentos. Além disso, ocupei-me da crescente comunidade brasileira nos EAU, buscando aperfeiçoar o atendimento consular - por meio de melhoria nas instalações físicas de atendimento da Embaixada, implementação de sistema de agendamento eficiente e ampliação do quadro de contratados locais do Setor Consular - e com atividades de engajamento da comunidade - com a unificação dos Conselhos de Cidadãos de Abu Dhabi e Dubai em um único Conselho de Cidadãos dos EAU, cobrindo também os outros 5 emirados, a realização de palestras e apoio ao programa "brasileirinhos", que promove o aprendizado da cultura brasileira e da língua portuguesa como língua de herança a crianças brasileiras residentes em Dubai e Abu Dhabi.

42. Como tenho recomendado durante todo meu período aqui, espero que o Brasil, em breve, torne-se membro da IRENA, sediada em Abu Dhabi, e passe a ocupar seu natural papel de líder na agência, dedicada a energias renováveis. Para o médio prazo, recomendaria ainda estudar a possibilidade de abrir um Consulado de carreira em Dubai, cidade na qual reside a maior parte da comunidade brasileira nos EAU. Hoje, esses cidadãos precisam deslocar-se a Abu Dhabi (cerca de 160 km de distância) para obter serviços consulares de rotina e é impossível ao posto, ainda mais em quadro de restrições orçamentárias, prestar o padrão de assistência consular esperado em casos de prisão, internação hospitalar ou dificuldades imigratórias naquele emirado.

43. Por outro lado, meu sucessor deverá encontrar, em sua chegada, um lado emirático mais aberto a fazer avançar a agenda bilateral, a se julgar pela recente disposição demonstrada nos preparativos da visita do chanceler dos EAU a Brasília, em março próximo. A se confirmarem as soluções encontradas para as demandas históricas emiráticas, a saber, ADT (no chamado "modelo russo") e proteção de investimentos (no formato de ACFI, proposto pelo lado brasileiro), creio que será possível buscar áreas de real convergência de interesses, com ganhos para ambos os países, não só na área comercial e de investimentos, mas também em setores como energias renováveis, exploração de petróleo, defesa e segurança, entre outras.